

Meio Ambiente, uma verba em risco

Proposta de Orçamento para 2004 é de R\$ 1,58 bilhão, a menor dos últimos quatro anos. Gastos ficam abaixo das promessas

ISABEL CLEMENTE

Por mais preocupados que os governantes se mostrem com o meio ambiente, o dinheiro que a União tem dedicado à área só perdeu para a Cultura nos últimos quatro anos. A primeira proposta da administração Lula não foge à regra. Se aprovada como está pelo Congresso, a Lei Orçamentária 2004 dedicará R\$ 1,58 bilhão à Gestão Ambiental. Essa rubrica reúne todos os investimentos federais em meio ambiente espalhados por vários ministérios.

– Esse Orçamento é uma vergonha – comenta Mario Mantovani, diretor da SOS Mata Atlântica.

É dinheiro que não cobriria nem a primeira etapa do programa de despoluição da Baía de Guanabara, financiado pelo Banco Mundial e grupos japoneses, com uma contrapartida do governo estadual.

– É preciso lembrar ainda que parte desse dinheiro não vai para a atividade fim. Quer dizer, o que sobra mesmo é ainda mais restrito – avalia Adriana Ramos, coordenadora de Políticas Públicas do Instituto Sócioambiental (ISA).

A má notícia não pára por aí. Levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União, a pedido do *Jornal do Brasil*, revela que, desde 2000, boa parte do dinheiro prometido ao meio ambiente tem sido cortada. São os famosos contingenciamentos. O melhor desempenho foi

registrado em 2001, quando quase 77% do previsto foram, de fato, utilizados. O pior foi o ano passado. Os gastos não atingiram nem metade da dotação aprovada pelo Congresso.

A Lei Orçamentária autoriza gastos, não os determina. Por isso, dinheiro não investido é dinheiro perdido, explica um técnico do TCU.

O Ministério do Meio Ambiente não quis se pronunciar sobre o assunto. Só se manifestará quando o número for definitivo, ou seja, depois que o Congresso votar o Orçamento.

O economista Ronaldo Seroa, coordenador de Estudos de Regulação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), produziu um detalhado levantamento sobre os gastos do Ministério do Meio Ambiente nos dois mandatos de Fernando Henrique. Chegou à conclusão de que pelo menos a pasta não sofreu discriminação na hora dos cortes. Houve anos em que a tesoura pesou mais no total do Orçamento federal, e menos na rubrica ambiental.

– Às vezes o governo tira mais de um, depois de outro. Não se pode dizer que houve discriminação sistemática – explica Seroa.

Nos últimos oito anos, o país passou por ajustes que impuseram uma dieta amarga aos investimentos públicos. “Não houve um bode expiatório”.

Historicamente, no entanto, o orçamento do Ministério do Meio Ambiente, hoje comanda-

do por Marina Silva, tem representado algo em torno de 0,1% do total da União.

– Esse dinheiro não garante nem a manutenção da estrutura para garantir o cumprimento da legislação e a fiscalização. É preocupante porque a previsão é que o desmatamento este ano seja um dos piores da década. Temos pela frente um dos piores orçamentos da década – protesta Adriana Ramos.

A ministra conhece bem os desafios. Assumiu o posto comunicando o que deixaria de lado o “não pode” para o “como podemos fazer”.

Se não ficou mais generoso com as necessidades ambientais do país, o Orçamento federal registrou mudanças de alguma forma benéficas, diz Ronaldo Seroa. Em 1995, 90% dos investimentos vinham de fontes internacionais. A proporção se inverteu: 90% agora são governamentais.

– O Meio Ambiente ficou mais dependente do dinheiro da União. Foi bom para institucionalizar o ministério. Manda o dono da verba.

isabel@jb.com.br

Dinheiro em extinção



Verbas federais para Meio Ambiente*

	Proposta	Executada
2000	R\$ 1,737 bilhão	65,5%
2001	R\$ 2,47 bilhões	77%
2002	R\$ 2,831 bilhões	45%
2003	R\$ 2,329 bilhões	11,4%**
2004	R\$ 1,58 bilhão	–

Sozinho, o Orçamento do Ministério do Meio Ambiente equivale a 0,1% do total da União

* inclui recursos distribuídos por vários ministérios, inclusive o de Meio Ambiente
 **Até julho

R\$ 1,5 bilhão

Foi o lucro da holding Itaú, dona do banco, no ano passado

100 mil

carros populares podem ser comprados com R\$ 1,5 bi

Não chega perto do que já foi investido pelo Estado do Rio e financiadores externos na primeira fase do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (R\$ 2 bilhões), ainda não concluída

Obs: a execução não chegou a 100% porque, na maior parte das vezes, os recursos foram cortados pelo governo

Arte JB



MARINA SILVA: desafio de levar adiante projetos com pouca verba

Projetos interrompidos

O maior problema da área ambiental não é a falta de recursos, mas a descontinuidade, afirmam em coro especialistas. Os impactos da interrupção são classificados como "desastrosos".

– São programas de monitoramento, gestão e educação, em que é preciso manter equipes em campo. É como perder um censo. As estatísticas daquele ano são irrecuperáveis – alerta o economista Ronaldo Seroa, do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea).

E, nesse ponto, o desempenho nacional decepciona. O economista informa que "quase a totalidade dos projetos previstos no Plano Plurianual não terminou".

– Os recursos prometidos nunca aparecem e é preferível ter um fluxo contínuo de recursos do que muito investimento de uma vez só – diz.

Entre os exemplos, estão projetos de incentivo ao chamado Turismo Verde, na Amazônia, e Saneamento Agroecológico.

Uma saída plausível, sugere o economista, seria a União dar uma garantia mínima de verbas para a área ambiental todos os anos, imune a crises fiscais. A proposta para 2004, por exemplo, está abaixo das

dotações de 2003 e de 2002. Na íntegra, já não dariam conta do que foi iniciado no ano anterior.

Outro ponto fraco, analisa Seroa, são os salários dos funcionários do ministério. Estão abaixo da média paga na administração pública, segundo o Ipea. "Isso certamente inibe contratações", diz Seroa.

Projetos ecológicos país afora têm recebido importante ajuda da iniciativa privada e de órgãos internacionais, como o Banco Mundial, que entram com doações a fundo perdido. Não precisam ser pagos.

O diretor da SOS Mata Atlântica também enxerga outras saídas.

– Se cada município ou Estado separasse 1% da verba obrigatória da Educação para educação ambiental, os recursos destinados a meio ambiente seriam muito maiores.

Antes de 2000, a Lei Orçamentária não deixava claro o que era investimento federal em meio ambiente. As verbas estavam espalhadas e incluíam também gastos com saneamento, obras de maior parte que não fazem parte da rubrica Gestão Ambiental, onde estão agregados agora todos os programas do governo ligados à área.